

ADVERSO

Nº 167 - Junho de 2009

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS



ISSN 1980315-X



Sindicato independente rumo a novas conquistas

Diretoria que vai comandar a Adufrgs Sindical até 2011 dará continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos quatro anos. A defesa dos direitos adquiridos, a reestruturação da Carreira e a estratégia de negociar questões específicas dos professores das Ifes norteiam a pauta de trabalho para o próximo biênio.

Páginas 3 a 6

Obrigada pela confiança!



Participar da vida política do Sindicato é construir melhores condições de trabalho para os docentes das Ifes.

www.adufrgs.org.br

ADufrgs
sindical



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

Presidente - Cláudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollenben
1ª Secretária - Daniela Marzola Fialho
2ª Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3ª Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2ª Tesoureira - Maria da Graça Saraiva Marques
3ª Tesoureira - Ana Paula Ravazzolo

ADVERSO

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 gramas
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:

 **VERDEPERTO**
editora
(51) 3228 8369

ISSN 1980315-X



Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagem: Maricélia Pinheiro e
Naira Hofmeister (RP 13164)
Projeto Gráfico e Diagramação: Eduardo Furasté

ÍNDICE

04**EDITORIAL****NOTÍCIAS**Empossada nova Diretoria da
Adufrgs Sindical**05****06****PING-PONG****Cláudio Scherer**“Nossa vitória é um exemplo
para o Novo Movimento Docente”**SEGURIDADE SOCIAL****07****08****MEIO AMBIENTE**Ruralistas pressionam
por legislação**REPORTAGEM****Mídia e Democracia**Umã afronta ao
Estado de Direito**09****12****VIDA NO CAMPUS****REPORTAGEM****Educação**Alfabetização na rede pública
do RS está nas mãos da
iniciativa privada**14****16****Opinião****O latim nosso de cada dia**Maria Cristina Martins
Professora do Instituto de
Letras da Ufrgs**PRESTAÇÃO DE CONTAS****20****21****OBSERVATÓRIO****NAVEGUE****22****23****ORELHA****EM FOCO****Memória**Novas luzes sobre a
Revolução Cubana**24****26****+1****A HISTÓRIA DE QUEM FAZ****27**

Editorial*

Esta é a segunda vez que tomo posse como Presidente da Adufrgs. A primeira foi há 24 anos, em 1985. Muitas coisas aconteceram desde então no Movimento Docente local e nacional e na política geral. Mas não pretendo nesta ocasião apresentar um balanço histórico. Cabe agora olhar para o futuro e reafirmar propósitos. Entendemos que o recado dado nas urnas na recente eleição para a Diretoria da Adufrgs Sindical é o de que devemos continuar com as ações já iniciadas, iniciar outras na mesma linha política e implementar o que foi anunciado em nossa plataforma eleitoral.

Na esfera local, o problema mais urgente a ser resolvido, que muito preocupa os docentes, associados ou não à Adufrgs Sindical é o oferecimento de um plano de seguro de saúde, buscando-se um contrato com a mesma empresa que hoje atende à maioria dos nossos associados. As negociações estão em curso, continuam e continuarão a ser coordenadas pelo presidente que findou o seu mandato, professor Eduardo Rolim de Oliveira, que, de forma desprendida, aceitou esta missão que lhe foi solicitada pela Diretoria eleita. Semelhantemente, a coordenação das ações jurídicas continuará com o professor Lucio Hagemann, que gentilmente se prontificou a assumir esta tarefa.

Ainda no plano local, os convênios com empresas, que trazem benefícios aos associados, deverão ser ampliados e aperfeiçoados. Em médio prazo, objetivamos a aquisição de uma nova sede, mais ampla e apropriada para abrigar eventos e assembleias, um espaço para sediar a administração do plano de saúde e, possivelmente, um centro cultural para ser frequentado e usufruído pelos associados.

Acabamos de concluir um processo eleitoral, quando militantes do Movimento Docente, politicamente de oposição à Diretoria constituída, democraticamente e legitimamente, e em conformidade com o novo estatuto da Adufrgs Sindical, lançaram chapa para concorrer à nova Diretoria. A campanha eleitoral transcorreu em total normalidade, quando as naturais divergências foram explicitadas.

Agora não estamos mais em campanha eleitoral. A chapa vencedora que hoje toma posse está aberta para o entendimento com a oposição. Respeitamos e apreciamos a pluralidade de ideias, mas entendemos que agora é muito importante um esforço conjunto na busca das soluções dos problemas que a todos dizem respeito e na consolidação do nosso Sindicato.

Em 1985, quando tomei posse como presidente da Adufrgs, também foi após uma acirrada campanha eleitoral. Meu esforço no sentido do entendimento, continuado pelo professor Sérgio Nicolaiewsky que me sucedeu na presidência, foi coroado de êxito pela união de esforços na campanha eleitoral para Reitor da Ufrgs, em 1988, quando juntos elegemos Alceu Ferrari para ocupar a primeira posição na lista de reitoráveis, enviada para o MEC. Infelizmente, na



ocasião, o governo não nomeou o escolhido pela comunidade, mas o Movimento Docente na Ufrgs estava, após esse episódio, muito mais unido. Espero e acredito que desta vez poderemos também ter sucesso na busca de um sindicato mais unido, em defesa dos interesses dos docentes e das instituições.

No âmbito nacional devemos, em primeiro lugar, obter o Registro Sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Esse registro nos dará a prerrogativa de representar em juízo toda a base do Sindicato, sem necessidade das procurações individuais dos sindicalizados. O passo seguinte, mas que já está sendo trabalhado simultaneamente com o de obtenção do Registro, é a fundação da Federação de Sindicatos de Professores das Ifes do País (Federação Proifes). Embora hoje o Proifes já esteja legitimado, pelas suas ações, a negociar com o governo federal carreiras e salários em nome dos professores, no momento em que adquirir o registro como federação de sindicatos, será não apenas negociador legítimo, mas também legal.

Um novo Plano de Carreira para os professores do ensino Básico, Técnico e Tecnológico das Ifes já foi implantado, como resultado de negociações conduzidas pelo Proifes, podendo e devendo ainda ser aperfeiçoado em alguns aspectos, e um novo Plano de Carreira para os docentes do nível superior, em perfeito paralelismo com o plano do Ensino Básico, está em adiantada fase de elaboração, de forma democrática, envolvendo seminários e debates com docentes de todo o País. As negociações desse plano com o governo federal estão previstas para serem iniciadas ainda neste ano de 2009.

Em 1998, um reajuste salarial em forma de gratificação – GED – obtido como resultado de uma greve, rompeu com a paridade salarial entre ativos e aposentados, determinada pela constituição brasileira. Desde então a entidade nacional colocou em todas as reivindicações salariais ao governo federal a solicitação de restabelecimento da paridade. Nunca conseguiu uma resposta favorável. A criação do Proifes, em 2004, mudou a forma de enfrentamento deste e de outros problemas. Em vez de greves, negociação. Como resultado das negociações de 2007, em 2008 houve um primeiro reajuste salarial significativo e neste ano de 2009 foi restabelecida, na sua plenitude, a paridade salarial entre ativos e aposentados.

Outra reivindicação antiga da Andes foi a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE), ao salário básico. Muitos anos se passaram e a referida incorporação só foi conseguida quando o Proifes assumiu



Nova diretoria reafirma compromisso de fortalecer a Adufrgs-Sindical

a negociação. Agora, a partir deste ano de 2009, não existe mais GAE, que foi incorporada ao salário básico.

Em vista destes antecedentes, a Adufrgs, por decisão de assembleia geral, rompeu sua histórica filiação à Andes, estando filiada ao Proifes. Agora conclamamos a todos os associados, simpatizantes da situação ou da oposição, a se unirem a nós da Diretoria eleita que hoje assume, na luta pela consolidação da Adufrgs Sindical, pela melhoria dos salários e das carreiras dos docentes e pela busca de excelência para as instituições federais de ensino superior.

A alteração estatutária realizada em 3 de dezembro de 2008 trouxe consigo notáveis vantagens para a Adufrgs. Como Sindicato dos Professores Federais do município de Porto Alegre, além da prerrogativa sindical, que antes não possuía, a entidade passou a abrigar em seus quadros os docentes da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), e os do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IF-RS/Porto Alegre), o que amplia e fortalece a Adufrgs Sindical. Sejam muito bem-vindos ao nosso Sindicato.

Aos novos conselheiros, hoje empossados no Conselho de Representantes, representando os professores lotados em seus departamentos, ou os professores aposentados, estendemos nossas boas vindas e nossos agradecimentos por terem se disponibilizado a colaborar com a Adufrgs Sindical. O Conselho de Representantes aumentou de importância com a reforma estatutária, por que agora passa a exercer também as funções de Conselho Fiscal. Contamos com a colaboração dos conselheiros, tanto pela apresentação de propostas administrativas e políticas, como pela sua ação fiscalizadora.

Unidos seremos fortes.

Viva a Adufrgs Sindical! 📢

*** Discurso de posse proferido pelo presidente da Adufrgs Sindical, Claudio Scherer, no dia 29 de maio de 2009.**

Empossada nova Diretoria da Adufrgs Sindical

Suzana Pires / Verdeperto

Em prestigiada cerimônia, a Diretoria que vai dirigir o Sindicato dos Professores das Ifes de Porto Alegre (Adufrgs Sindical) no próximo biênio, tomou posse no dia 29 de maio, no auditório do IF-RS/Porto Alegre, antiga Escola Técnica da Ufrgs. Além de professores da Ufrgs, da UFCSPA e do IF-RS, três instituições que agora fazem parte da Adufrgs Sindical, estiveram presentes parlamentares, dirigentes sindicais e o reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto. Em seu discurso de posse, o presidente Cláudio Scherer disse que a entidade está aberta ao diálogo com a oposição, no sentido de trabalharem juntos em prol dos docentes das Ifes.

A Diretoria empossada foi eleita por 700 votos contra 469 da chapa concorrente em um pleito que registrou participação recorde nas urnas – mais de 40% dos sócios votaram. Para o novo Presidente da Adufrgs Sindical, Cláudio Scherer, “a expressiva vitória significa que os associados aprovam as ações que estão sendo desenvolvidas pelos atuais diretores e querem sua continuidade”.

A participação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa) e da unidade porto-alegrense do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IF-RS) também marcaram um momento histórico na trajetória da entidade. Desde a alteração estatutária aprovada em dezembro de 2008, as duas instituições também são representadas pela Adufrgs Sindical.



Nominata da Diretoria

Cláudio Scherer (Instituto de Física)

Presidente

José Carlos Freitas Lemos (Faculdade de Arquitetura)

1º Vice-Presidente

Maria Luiza Ambros von Hollenben (Instituto de Química)

2ª Vice-Presidente

Daniela Marzola Fialho (Faculdade de Arquitetura)

1ª Secretária

Elizabeth de Carvalho Castro (UFCSPA)

2ª Secretária

Maria Cristina da Silva Martins (Instituto de Letras)

3ª Secretária

Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva (IF-RS/Campus POA)

1º Tesoureiro

Maria da Graça Saraiva Marques (Colégio de Aplicação)

2ª Tesoureira

Ana Paula Ravazzolo (Faculdade de Veterinária)

3ª Tesoureira

Claudio Scherer

“Nossa vitória é um exemplo para o Novo Movimento Docente”

Eleito por dois terços dos docentes que compareceram às urnas no dia 13 de maio, Claudio Scherer será o primeiro aposentado a comandar a Adufrgs em mais de 30 anos de história da entidade. Com mandato até 2011 a nova Diretoria terá como principal desafio colocar em prática a alteração estatutária aprovada em assembleia geral no ano passado. “A maioria dos filiados aprova as ações dos últimos anos”.

Aqui em Porto Alegre o foco será a busca de novos associados. “Esperamos filiar a maioria dos professores da Ufcsa na Adufrgs”, anuncia, reiterando que muitos docentes do IF-RS já fazem parte da entidade. Scherer revela também preocupação em dialogar com os professores da oposição, representados pelos 40% de votos na Chapa 2. Para superar as diferenças, o Presidente aposta em sua experiência na direção da Adufrgs entre os anos de 1985 e 1987. “Havia uma disputa no Movimento Docente e ao final da gestão, as posições antagônicas estavam pacificadas”, revela.

A mudança estatutária da Adufrgs aconteceu cercada de polêmica. Ainda assim, a situação obteve uma vitória expressiva. Como a nova Diretoria pretende trabalhar com a oposição?

Cláudio Scherer: Já fui presidente da Adufrgs durante os anos de 1985 e 1987. Na ocasião havia uma séria disputa entre visões diferentes do Movimento Docente. E ao final da gestão as posições antagônicas estavam praticamente pacificadas, devido a um grande esforço que fizemos de buscar o entendimento com a oposição. Esperamos e acreditamos que agora não será diferente. Quanto à nossa vitória, a interpretação possível é uma só. A maioria dos associados da Adufrgs Sindical aprova as ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos.

De que forma a Adufrgs Sindical pretende se consolidar nas demais Ifes de Porto Alegre?

Suzana Pires / Verdeponto



CS: Vamos ter uma atenção especial com a Ufcsa e a IF-RS. A prova disso é que há professores de ambas as instituições integrando a nova Diretoria. Na Ufcsa, em apenas dois dias de campanha de filiação, conseguimos mais de 40 novos associados e temos planos de voltar a falar com os professores dessa universidade. Esperamos associar a maioria deles na Adufrgs Sindical. No IF-RS a maioria dos professores já é associada. Ao longo da nossa gestão vamos integrar os professores dessas duas instituições, juntamente com os da Ufrgs, nos eventos e ações do sindicato.

Qual o reflexo da vitória desse novo modelo de Movimento Docente no resto do País?

CS: Esse resultado foi fundamental. A Adufrgs Sindical é a maior Associação Docente (AD) entre as alinhadas ao Proifes Sindicato. Onze ADs de universidades federais já romperam com a Andes e se filiaram ao Proifes, ou estão encaminhando sua filiação. Em outras

tantas foram criados núcleos do Proifes Sindicato. Nossa vitória na Adufrgs Sindical é um exemplo e um motivador para as ADs que estão no processo de consolidação do novo movimento docente.

O senhor é o primeiro professor aposentado que assume a presidência da Adufrgs. Qual será o compromisso desta Diretoria com essa parcela de professores?

CS: Nossa chapa recebeu a maioria dos votos tanto de docentes ativos como de aposentados. Com a colaboração do Proifes Sindicato e através de intensas negociações com o governo, temos conseguido recuperar direitos dos aposentados que haviam sido perdidos. Há ainda acertos a serem feitos, como, por exemplo, o pagamento da integralidade da rubrica salarial relativa ao artigo 192. Estamos negociando com os ministérios do Planejamento (MPOG) e da Educação (MEC) para corrigir esta e outras distorções. Além disso, instituímos os encontros com os docentes aposentados para ouvir suas reivindicações e argumentos. Essas reuniões têm sido muito concorridas e servem também como confraternização entre os aposentados.

Quais outras ações merecem destaque?

CS: Nossos projetos são muitos e bastante ambiciosos. Entendemos como urgentes a busca de uma solução adequada para o plano de saúde e o aperfeiçoamento das carreiras – tanto de nível superior como do ensino básico, técnico e tecnológico – assim como melhorias na tabela salarial, buscando corrigir as distorções que ainda persistem. Há outras constantes de nossa plataforma eleitoral, já amplamente divulgada. A procura por uma sede mais ampla e mais confortável para os associados também faz parte de nossos projetos. ☺

Aposentadoria no centro do debate nacional

Representantes de Associações de Docentes e sindicatos de professores de Instituições Federais de Ensino Superior de todo o País, entre eles a Adufrgs Sindical, participaram do 1º Seminário Nacional sobre questões da Aposentadoria, realizado em João Pessoa na Paraíba, no final de abril.

Nos dois dias do evento, promovido pelo Fórum de Professores das Ifes e pelo Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), discutiu-se o sistema de proteção social no Brasil e fez-se um balanço crítico dos cinco anos da Reforma da Previdência.

No primeiro dia do encontro, o professor Elias Jorge, da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (ApuBH), defendeu que a receita do INSS deve ser voltada exclusivamente para o financiamento da Seguridade Social e da Saúde e não servir de fundo de caixa para outras despesas do governo. Fernando Gaiger Silveira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), enfatizou que a Previdência deve ser equilibrada e que para isso é necessário o desconto de 11% – na folha dos aposentados – sobre o valor que ultrapassa o teto. “O sistema previdenciário do Brasil é muito amplo e tem muitas distorções”, justificou. Já Luís Moura, do Dieese, afirmou que a Previdência não é deficitária, mas possui os seus recursos mal aplicados. Os três debatedores participaram da mesa “Sistema da proteção social no Brasil: Reforma Tributária e Previdência Complementar”, que abriu o seminário.

A exposição sobre “O Proifes e os aposentados: conquistas e desafios” ficou por conta do presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, que destacou a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e a extinção da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) como duas das mais importantes conquistas da entidade. As atividades do primeiro dia de seminário foram finalizadas com a apresentação da professora Virginia Lúcia Siqueira de Melo, do Movimento de Resgate e Dignidade do Servidor Público, que enfatizou a necessidade dos docentes encontrarem representantes no Congresso Nacional. “Precisamos restaurar a dignidade do professor universitário através do salário. O professor aposentado que não possui título de doutor tem um salário vergonhoso. E foram eles que mantiveram a estrutura para outros docentes se titularem”, disse.

Lúcia Reis, da CUT Nacional, Edson Haubert, presidente do Mosap e Rodrigo Passos, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip) protagonizaram o debate sobre os “cinco anos da Previdência: Um balanço crítico”.

O segundo e último dia do evento deu espaço ainda



para a discussão sobre “Carreira Docente e aposentadoria: resguardando direitos”, que contou com a participação do vice-presidente do Proifes e então presidente da Adufrgs Sindical, Eduardo Rolim de Oliveira e do representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Nelson Freitas. Sobre “Questões jurídicas e direitos adquiridos dos aposentados” falaram o diretor de Assuntos Jurídicos do Proifes e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Ricardo Pinheiro, e a advogada e assessora jurídica da Adufrgs Sindical, Adriane Kunsler.

Eduardo Rolim ressaltou que estas discussões são fundamentais para subsidiar os professores nas reuniões do GT Carreira e em outros espaços de debate. Segundo ele, ao organizar o 1º Seminário Nacional sobre questões da Aposentadoria, o Proifes se preocupou em trazer representantes dos vários segmentos para discutir a aposentadoria. “Tivemos dois negociadores do MPOG que mostraram a visão do Governo Federal sobre a aposentadoria e a Lucia Reis, da CUT Nacional, que defende a paridade entre os salários dos trabalhadores da ativa e aposentados”.

(Fonte: Assessoria de Comunicação da Adurn)

A Carta de João Pessoa está disponível no www.adufrgs.org.br, Informativo nº 017/09.



Política Ambiental

Ruralistas pressionam por legislação local

por Naira Hofmeister

Não é segredo que o Código Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina sancionado em abril foi o primeiro ato de uma movimentação para revisar a legislação nacional sobre o tema. “É preciso revogar o Brasil de Brasília para fazer valer o Brasil dos brasis, que são tão diversos”, defende o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Sua colega gaúcha, Yeda Crusius, empunhou a bandeira, apoiada pela bancada ruralista da Assembleia Legislativa. “O governo do RS assume e, se for preciso, lidera o caminho para chegar a Brasília e mudar o que de errado existe nessas regras”, defende.

A primeira batalha será reverter o Decreto Federal 6.686 que institui a reserva legal das propriedades, uma área de 20% do terreno de preservação obrigatória. A Assembleia Legislativa já criou uma Comissão de Representação Externa para tratar sobre o tema e diversas audiências públicas estão sendo realizadas no interior do Estado.

A aposta dos dois estados é na descentralização da política ambiental. “O Código Florestal Brasileiro é de 1965, do tempo do Governo Militar. Desde então foi reeditado através de Medidas Provisórias consecutivas e não passou por uma votação democrática no Congresso Nacional”, ecoa o secretário estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Berfran Rosado (PPS). O discurso é idêntico ao dos apoiadores de Luiz Henrique.

Berfran Rosado já foi nomeado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), que congrega secretarias e fundações em toda a federação para coordenar esse debate.

A justificativa é que a matriz produtiva dos estados sulinos está amparada em pequenas propriedades que não podem prescindir desses trechos de terra para produção. “É difícil cumprir a lei”, admite Rosado.

O Ministério Público de Santa Catarina se contrapôs a esse argumento e — por essa e outras razões — move uma Ação de Inconstitucionalidade contra a lei estadual sancionada por Luiz Henrique. “O pequeno agricultor familiar já possui autorização legal, pelo Código Florestal, para economicamente utilizar as áreas de preservação permanente, desde que o faça mediante um sistema de manejo agroflorestal sustentável”, sustentou em um artigo o Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Santa Catarina, promotor Luis Eduardo Souto.

Possivelmente o Ministério Público é a luz no fim do túnel dos ambientalistas de ambos os estados. Segundo um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a bancada ruralista é a maior composição no Congresso Nacional, contando com 116 parlamentares. ☞

Uma afronta ao Estado de Direito

Ministério Público de Santa Catarina processa grupo RBS por formação de oligopólio de comunicação no Estado. No Rio Grande do Sul, a organização acaba de lançar um jornal em Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre, depois de expandir a operação da Rádio Gaúcha para a frequência FM. Apesar da negativa da empresa, desde o início do ano circula um boato de que o grupo iria comprar outros três tradicionais veículos do interior.

por **Naira Hofmeister**, de Florianópolis, SC

O parabéns a você para a RBS de Santa Catarina foi cantado pelo rei Roberto Carlos, estrela da festa de 30 anos da empresa no Estado, comemorados no dia 16 de maio. O apagar das velinhas, no entanto, pode ser bem menos animado e é esperado para o final do ano. Através de uma Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal de Santa Catarina pede que o Grupo RBS abra mão de um dos seus cinco diários que circulam no Estado e escolha apenas duas, entre as seis emissoras da RBS TV regional. "Ainda esse ano podemos ter uma sentença. Porque essa ação tem instrução, ela se prova", acredita o procurador da República no Estado de Santa Catarina, Celso Três.

A acusação é por formação de oligopólio. "É um conceito da ordem econômica, mas se aplica aos meios de comunicação porque suprime empregos, mexe no mercado local", justifica.

Com um agravante, sublinha o procurador. "Nesse caso, a concentração atinge o Estado Democrático de Direito porque bloqueia a garantia de ampla expressão e informação do cidadão. Só é possível haver múltiplas interpretações dos fatos da vida social a partir da pluralidade de órgãos de comunicação. O que não acontece em Santa Catarina", acusa.

A ação foi ajuizada em novembro de 2008, mas o inquérito consumiu dois anos da rotina de Celso Três. A decisão de processar o grupo foi tomada em 2006, quando a RBS comprou o tradicionalíssimo jornal A Notícia, instalado há mais de 80 anos no município de Joinville. "Foi a gota d'água", relata Três. "Todos os jornais de Santa Catarina são da RBS: A Notícia, Diário Catarinense, Jornal de Santa Catarina e Hora de Santa Catarina. Excetuados, é claro, os minúsculos, locais, sem qualquer expressão de rivalizar com a RBS", sustenta a peça jurídica assinada por ele e outros três procuradores da República.

Apesar disso, nem o Ministério das Comunicações nem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenam a compra do jornal A Notícia. Eles aceitaram o argumento da empresa, de que os veículos estão em nome de pessoas diferentes. "Os proprietários são da família Sirotsky e existem alguns laranjas. Mas se os veículos trazem a mesma manchete – ou transmitem a mesma programação – está caracterizado o oligopólio. É absurdo dizer que não!", revolta-se Celso Três.

A certeza do procurador fica explícita na nomeação dos réus no processo. São treze ao todo – União, Cade e apenas duas pessoas físicas. Os demais citados são pessoas jurídicas, proprietárias das emissoras e jornais. Os responsáveis pelos CNPJs, no entanto, são todos ligados à família. A única exceção é Moacir Gervazio Thomazi, antigo proprietário de A Notícia.

Além de ser citado nominalmente, o presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky é também o responsável por quatro veículos que ➤



respondem à ação. Outras duas pessoas da lista compartilham seu sobrenome: Denise e Marcelo, que respondem respectivamente pelas emissoras da RBS TV em Criciúma e Joinville. Já as televisões de Chapecó e Joaçaba estão representadas por Eduardo Magnus Smith, diretor executivo de desenvolvimento de negócios do Grupo RBS.

Além de pedir a devolução do jornal A Notícia ao dono anterior – ou sua venda para um grupo independente da RBS – o processo foca a concessão de radiodifusão, que é uma outorga pública. O Decreto-Lei nº 236, publicado em 1967 estabelece que nenhuma empresa ou pessoa pode ter mais de dez emissoras de televisão em todo o território nacional. A RBS possui 18, apenas de canal aberto. Também impede a concessão de mais de duas por Estado – só em Santa Catarina o grupo mantém seis canais locais que transmitem a programação da RBS TV, além do Canal Rural e a TVCom, que só abrange Florianópolis. “Isso é lei desde a época dos militares”, justifica Três.

Constituição desrespeitada

“A maior rede regional de TV do País conta com 18 emissoras distribuídas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com uma cobertura que atinge 790 municípios e mais de 17 milhões de espectadores nos dois estados. Possui 85% da grade de programação da Rede Globo e 15% voltada ao público local”.

Essa é a descrição que o site do Grupo RBS dá para a Rede Brasil Sul de televisão, a RBS TV. É um tiro no pé. Isso porque a Constituição Brasileira determina que 30% da programação de rádio e TV devem ser locais. “Já que a legislação está trancada no Congresso – o que é uma vergonha – queremos que a Justiça estabeleça esse critério. Porque quando se fala em programação local, estamos falando em direito de expressão do cidadão”, justifica o procurador da República.

Celso Três admite que modificar – ou fazer cumprir – a legislação não é uma tarefa fácil. “Tem que ter coragem para fazer isso. Cabe ao presidente da República fazer um pronunciamento em rede nacional, explicar para sociedade. Vai ter muita emissora que vai criticar, é claro. Os 30% são razoáveis, ainda sobra 70% da grade para a programação nacional. Isso ensaja a diversidade”.

Empresa é um partido político

Para além do poderio econômico que uma empresa do tamanho da RBS (veja quadro na página 11) detém, uma das maiores preocupações do Ministério Público de Santa Catarina é com a pressão política que o grupo pode exercer. “Uma situação é você ter a televisão, ser transmissora da Globo – e todo mundo sabe que o País só assiste à Globo. Mas bem mais grave é você ter a Globo, os jornais e as rádios. Porque os veículos se somam. Isso se chama propriedade cruzada e catapulta o posicionamento político”, critica Celso Três.

O texto da Ação Civil Pública cita um exemplo bem conhecido dos gaúchos: a manipulação de pesquisas eleitorais. O documento traz até uma referência ao ocorrido



Celso Três, procurador que acusa a RBS de formação de oligopólio de comunicação em SC

no pleito gaúcho de 2002, no qual concorriam Tarso Genro (PT) e Germano Rigotto (PMDB) – e vencido por este último. A divulgação de pesquisas com percentuais muito diferentes daqueles verificados nas urnas, que indicavam ampla margem do peemedebista, gerou o cancelamento de 25 mil assinaturas de Zero Hora. A campanha obrigou a RBS a pedir desculpas publicamente através de um editorial publicado no jornal.

“No episódio eleitoral, uma das instituições (que executam pesquisas encomendadas pela RBS), embora tenha registrado corretamente o vencedor do pleito no Rio Grande do Sul, errou gravemente na diferença percentual entre os votos dos dois candidatos”, admitiu na época o editorial na Zero Hora, assinado pelo presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky.

No caso catarinense, o beneficiado é colega de partido de Rigotto e, assim como ele, saiu vencedor do pleito. “Na última eleição ao governo do Estado de Santa Catarina, o Grupo RBS encetou uma ação de sinergia em prol de Luiz Henrique da Silveira”, lê-se na peça jurídica, que a seguir, descreve a sequência de eventos.

No primeiro turno, os jornais da RBS juravam que Luiz Henrique estava eleito, sem a necessidade do segundo confronto – “fato desmentido nas urnas”, aponta o procurador. No segundo turno, as pesquisas veiculadas pela RBS indicavam uma vantagem de 20% do candidato sobre seu oponente, Espiridião Amim (PP). A diferença na apuração foi de 5,42%. “Doutrinada à exaustão a vitória de uma candidatura, a tendência do eleitorado, especialmente o indeciso, é aderir à vencedora”, denuncia a peça jurídica.

“Quando se diz que é a RBS quem governa o Estado, que ela faz e tira o governo, é nesse sentido. Aí o governador que se opõe a um grupo como esse, é derrubado”, complementa Três.

No Rio Grande do Sul, Canoas é a bola da vez

Na mesma semana em que comemorou seus 30 anos em Santa Catarina, a RBS lançou o semanário Mais Canoas, que vai circular às sextas-feiras encartado em Zero Hora e no Diário Gaúcho. A tiragem prevista é de 25 mil exemplares mas dependendo da competência do departamento comercial, deve aumentar. Canoas é o segundo maior PIB do Rio Grande do Sul. A cidade tem um diário editado pelo Grupo Sinos, que já atua na região há 50 anos.

A julgar pelas práticas relatadas em Santa Catarina, é bom os executivos do Grupo Sinos comecem a se preocupar. No estado vizinho, a RBS praticou *dumping*, que é a taxação de preço abaixo do valor de mercado. No caso, a venda de exemplares do jornal Hora de Santa Catarina – de caráter popular – “por reais R\$ 0,25” de acordo com a Procuradoria da República – para concorrer com o Notícias do Dia, do grupo Record. “À concorrência, resta quebrar ou vender-se a RBS”, alerta o texto jurídico.

E no litoral catarinense, para “combater” o Diarinho – jornal de Itajaí com 30 anos de existência, que utiliza uma linguagem sarcástica e tem leitores fiéis – a RBS pressionou uma rede de supermercados para não expor os exemplares nos caixas. “A empresa também faz negociações com os anunciantes, de reduzir o valor pago caso não anunciem em outros diários”, complementa Três.

No Rio Grande do Sul, em 2008, o grupo incorporou a Rádio Metrô FM, a preferida dos pagodeiros de Porto Alegre. Depois de substituir os programas e comunicadores tradicionais pelos da casa – nesse caso, a rádio Cidade, principal concorrente da Metrô – a RBS simplesmente extinguiu o veículo. Agora, o espaço 93,7 do dial FM é ocupado pela Gaúcha, exatamente a mesma programação de AM. “O que não entendemos é como a concessão de radiodifusão, que é pública, pode ser simplesmente adquirida por uma ou outra empresa”, questiona coordenadora regional do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, Cláudia Cardoso.

E além dos quatro jornais que já mantém no Estado, a RBS agora está de olho em três diários tradicionais do Interior. A empresa nega o interesse, mas no início do ano chegou a visitar as redações de O Nacional, de Passo Fundo, Agora, de Rio Grande e o Informativo de Lajeado.

Por uma mídia mais democrática

Cinco artigos da Constituição Brasileira tratam sobre a proibição da formação de oligopólio ou monopólio na comunicação. Apesar disso, o setor, ao lado das indústrias de chocolate, bebidas e pasta de dente, lidera o *ranking* de concentração do mercado brasileiro. “O lobby das empresas de mídia é muito forte e por isso, mesmo depois de 20 anos de sua publicação, esses artigos não foram regulamentados”, lamenta Cláudia Cardoso.

Depois de anos articulando com governos, os movimentos sociais conseguiram marcar a data da



primeira Conferência Nacional da Comunicação. Vai ser em dezembro. “Vivemos num País que tem mais televisões do que geladeiras. É preciso reestruturar a comunicação, e capacitar o público para a crítica”, defende. A ideia é combater o discurso uníssono, contra o qual não há voz suficientemente forte que tenha eco. Como a criminalização dos movimentos sociais pautada pela imprensa conservadora do Brasil.

A reportagem de Adverso constatou que as charges dos jornais Zero Hora e Diário Catarinense do dia 17 de abril eram idênticas em seu conteúdo, ainda que as assinaturas fossem de dois cartunistas diferentes. Coincidentemente, os desenhos ironizavam o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, um dos grupos que frequentemente acusam a mídia de patrulhamento ideológico.

“Em Santa Catarina chegamos a ter a mesma manchete em mais de um jornal. Idêntico! A ótica do Ministério Público é a proteção do direito à informação do cidadão. Isso é inerente à pluralidade – não existe diante de um órgão oligopolista”, avalia Celso Três. ▴

Quem é a RBS

Faturamento em 2006: R\$ 825 milhões
Lucro líquido em 2006: R\$ 93 milhões
18 emissoras TV aberta (afiliadas da Globo)
2 emissoras de TV comunitária
1 emissora de agronegócio
25 emissoras de rádio
8 jornais diários
4 portais na internet
Editora RBS Publicações
Gráfica
Gravadora Orbeat Music
Empresa de Logística ViaLog
Empresa de marketing para público jovem Kzuka
Participação em empresa de mobile marketing
Fundação de Responsabilidade Social



Professores da Ufrgs subsidiam debate sobre o Guaíba

Desde que Saint Hilaire iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul há diferentes interpretações sobre se o Guaíba é um rio ou um lago. A discussão ganhou ares de polêmica pública quando os vereadores utilizaram a nomenclatura para definir a extensão da margem que será protegida na construção do Pontal do Estaleiro

por **Naira Hofmeister**

Há quatro meses do fim do prazo estabelecido pelos próprios vereadores para a conclusão da revisão do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Porto Alegre um profundo debate sobre a natureza do Guaíba e as políticas públicas de proteção às suas águas foi totalmente ignorado. Apenas um parlamentar, Beto Moesch (PP), compareceu ao seminário "Guaíba: rio ou lago?", realizado pelo Comitê de Gerenciamento da bacia Hidrográfica do Lago Guaíba.

A imprensa não deu as caras e nem se quisesse, poderia registrar o fato, já que os jornalistas da Câmara Municipal não foram pautados para o evento. A justificativa é que tratava-se de uma entidade de fora da Câmara.

Perderam os vereadores que não ouviram as argumentações de quatro professores da Ufrgs sobre as possibilidades de o Guaíba ser um rio ou lago. E mais do que isso, de que a gestão de suas águas é urgente para preservar a qualidade de vida e do ambiente em Porto Alegre.

O debate sobre a natureza do Guaíba data de 1820, sob o olhar do naturalista Saint Hilaire. Segundo as anotações do botânico, a porção de água que banha Porto Alegre é um lago.

Um encontro com um intendente português levou Saint Hilaire a acatar a versão de que tratava-se de um rio. "Não foi um estudo que definiu esse nome, apenas não quiseram contrariar a autoridade", acredita o professor do Instituto de Geociências e organizador do Atlas Ambiental de Porto Alegre, Rualdo Menegat.

Menegat defende que o Guaíba é um lago e se meteu em uma grande polêmica por conta disso. Artigos seus e do engenheiro José Wittler foram sucessivamente referenciados pelo colunista do Correio do Povo, Juremir Machado da Silva, para subsidiar o debate sobre o Pontal do Estaleiro.

É que uma das emendas aprovadas junto com o projeto, de autoria do vereador Aírto Ferronato (PSB), garante a preservação de uma faixa de 60 metros desde a margem do Guaíba. Os empreendedores reclamaram justificando que para um lago – definição adotada a partir da publicação do Atlas Ambiental de Porto Alegre – a lei assegura que 30 metros sejam conservados. "Pelo menos", retrucou Aírto Ferronato.

Apesar da pressão dos empresários, a lei não foi modificada. O fato, no entanto, abriu precedente para desencavar a



Fotos: Comitê da Bacia Hidrográfica

polêmica. No painel organizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do lago Guaíba, Menegat foi contestado pelo professor Flávio Antonio Bachi que apresentou um trabalho realizado pelos colegas, Elírio Ernestino Toldo Junior – também do Geociências – e Luiz Emílio Sá Brito de Almeida, do Instituto de Pesquisas Hidrográficas (IPH). Complementaram a discussão, André Luiz Lopes da Silveira (IPH) e Nelson Luiz Sambaqui Gruber (IG), orientador de doutorado de Cícero Castello Branco Filho.

Preservação é ponto em comum

Argumentos pró ou contra, há algumas questões que estão fechadas. Por exemplo, o fato de que o Guaíba – lago ou rio – possui correnteza ainda que em suas enseadas a água fique estagnada. Por essas e outras, o professor André Silveira defende uma visão intermediária e avalia que é “difícil, senão impossível classificá-lo”.

“Não é possível que uma simples mudança de nome – rio ou lago – faça mudar nossa percepção como cidadão sobre o bem-estar ambiental do Guaíba”, alertou Silveira.

Ou seja, é mais importante determinar o comportamento do Guaíba e de suas águas do que propriamente discutir qual o topônimo mais adequado. Para quem acusa o professor Rualdo Menegat de estar fazendo apologia à uma menor proteção, caso o termo utilizado seja o lago, ele responde: “Sendo um lago requer uma proteção muito maior. É mais vulnerável porque as águas demoram para serem renovadas, há uma deposição dos materiais no leito”.

Uma determinação fundamentada no estudo dos fluxos de água do Guaíba é a localização do emissário de esgoto de Porto Alegre. Como na época em que foi construída a rede havia o entendimento de que o Guaíba era rio, a desembocadura de todo o sistema cloacal de Porto Alegre se dá na altura da Usina do Gasômetro. Mas a correnteza do Guaíba não é suficientemente forte para carregar os dejetos para longe, conforme haviam previsto os técnicos.

“Achavam que esse material seria carregado rio abaixo. Não foi, como demonstra um mapa do DMAE publicado no Atlas Ambiental”, aponta Rualdo Menegat.

“Há intensa concentração de coliformes fecais junto à margem, desde o centro até a Ponta do Dionísio”.

Os participantes do seminário puseram o dedo na ferida e demonstraram que não há gestão dos recursos hídricos em Porto Alegre.

Nelson Gruber observa, por exemplo, que apesar de haver um estudo recente dos 74 km de orla, realizados por um grupo de trabalho ligado à Secretaria do Planejamento, “o relatório sequer tem sido considerado em nosso município”. Os projetos, prossegue Gruber, são elaborados sem uma visão integrada de diagnóstico e de cenários futuros. “Partem de propostas específicas e bem dirigidas de empreendimentos”, complementa.

É que o atual Plano Diretor prevê estudos de impacto apenas quando há um chamado projeto especial – ou seja, quando uma construção tem proporções tão grandes que é impossível não perceber o tamanho de sua interferência. Para construção de edifícios, por exemplo, deveria haver o Estudo de Impacto de Vizinhança, mas a ferramenta ainda não foi regulamentada no município.

Em resumo, ainda que seja chamado Plano Diretor Urbano e Ambiental de Porto Alegre, o instrumento de planejamento municipal não contempla uma visão integrada entre meio-ambiente e crescimento da cidade. “Se não tomarmos providências os redutos de natureza de Porto Alegre vão desaparecer nos próximos 50 anos, dadas as tendências de crescimento atuais”, alerta Menegat.

A Câmara Municipal oficializou a participação da sociedade civil no processo a partir da criação do Fórum de Entidades. Já em 2008 o órgão entregou mais de 80 emendas ao projeto que seria votado – não foi porque estava muito perto da eleição... Apenas 12 foram acatadas pelos vereadores.

“Podemos decidir sobre um plano de desenvolvimento urbano perfeitamente ecológico. Não precisamos de mais edifícios para mostrar que somos uma cidade atrativa e bonita. Para que mais edifícios na margem do nosso lago, que é a água que tomamos? Aí a lógica é puramente de depredação, de rapina”, denuncia Rualdo Menegat. ☹

Alfabetização na rede pública do RS está nas mãos da iniciativa privada

Estado comprou pacotes de alfabetização de ONGs, ignorando todo o conhecimento produzido pela Universidade pública, que poderia auxiliar a Secretaria de Educação sem custos. Desde 2007, quando começou a ser implantado o projeto-piloto de Alfabetização nas escolas da rede estadual, o governo investe em média meio milhão de reais por ano em cada um dos três programas adotados, sem contar os gastos com a instituição contratada para avaliar o desempenho dos alunos e dos professores. Os beneficiados são o Instituto Ayrton Senna, de São Paulo, o Instituto Alfa e Beto, de Minas Gerais e o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (Geempa), do Rio Grande do Sul. As avaliações ficaram a encargo da Fundação Cesgranrio, do Rio de Janeiro. Para a professora Iole Faviero Trindade, da Faced/Ufrgs, essas parcerias revelam um desfacelamento do Estado como gestor público.

por Maricélia Pinheiro

Em sua dissertação de mestrado, defendida recentemente na Ufrgs, a pedagoga Suzana Schneider questiona o custo benefício do investimento feito pelo Estado do Rio Grande do Sul na tarefa de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade. De acordo com a avaliação do ano de 2007, as escolas que adotaram o método fônico, do Instituto Alfa e Beto obtiveram 67,87% de desempenho positivo; o modelo de gestão do Instituto Ayrton Senna ficou com 62,97% e o Geempa, com o pós-construtivista alcançou 62,83%. No entanto, as chamadas turmas de controle, que optaram por não utilizar nenhuma das três metodologias – portanto sem oferecer custos adicionais ao Estado – obtiveram 54,41%.

A mestre em Educação vai além, ao levantar a possibilidade da avaliação, que tem um formato único para os três modelos, ter beneficiado um ou outro. “É preciso entender que cada método utilizado tem uma concepção completamente diferente. Pelo que vi no site do Instituto Alfa e Beto, a avaliação interna é muito parecida com a que foi feita com os três programas”, observa. Outro fator a ser

analisado são as regiões do Estado onde estes foram aplicados. Ao fazer um mapeamento, Suzana constatou que o método fônico do Alfa e Beto – que obteve melhor resultado – foi adotado pela maioria das escolas localizadas nas regiões Norte e Leste do Estado, justamente onde as condições sócio-econômicas são mais favoráveis. “Estas escolas já apresentavam índices de alfabetização mais satisfatórios mesmo antes da implantação do projeto-piloto da SEC/RS”, informa. Os programas do Geempa e do Ayrton Senna ficaram mais concentrados no Sul e na Campanha, onde os índices sócio-econômicos são mais baixos.

As dificuldades para acessar informações

Quando decidiu ir a campo para ver de perto como funcionava o projeto-piloto de alfabetização da SEC, a pedagoga Suzana Schneider enfrentou inúmeras barreiras. Foram várias idas à Secretaria para obter da coordenação do Projeto uma autorização para acompanhar o trabalho das professoras em sala de aula. E a cada visita eram horas

de espera. Até que foi recebida e obteve um “não” como resposta. “Uma das justificativas que me deram era de que o Projeto estava no início e ainda não havia elementos suficientes para uma avaliação. E de que não cabia uma crítica naquele momento. Mas não se trata de uma crítica, argumentei. Aí me disseram que a pesquisa sempre é crítica. Então existe essa postura de resguardo, que não nos deixa qualquer abertura”, relatou. Diante desse fato, Iole Trindade indaga: “Como é que eles (os gestores de educação) querem que a Universidade saiba o que se passa nas escolas, se não nos deixam entrar?”. De uma certa forma, essa pergunta incita o Estado a uma reflexão, já que em entrevista à revista *Adverso* de abril, a secretária Mariza Abreu afirmou que a Universidade não prepara professores para alfabetizar. E mais: admitiu que nem mesmo os gestores sabem com exatidão que tipo de profissionais precisam para dar conta dessa tarefa. Iole, que é coordenadora de estágios, garante que “com as estratégias de alfabetização desenvolvidas na Faced, alunos e alunas são capazes de alfabetizar cerca de 80% da turma no final do trabalho”.

Impedida de acompanhar de perto o trabalho dos professores nas salas de aula, Suzana se deteve a analisar os materiais – alguns cedidos pela própria SEC – utilizados pelas três metodologias e a analisar o resultado da avaliação do primeiro ano. Além de frequentar o curso de formação de alfabetizadores oferecido pelo Geempa. A conclusão é de que o programa Circuito Campeão do Ayrton Senna trata mais da gestão, de como se organiza a escola. “Embora ofereça um material muito rico, a força dele não está na proposta didático-pedagógica”, explica. Mas é o que mais incita a competitividade, embora esse discurso esteja presente em todos eles.

Com relação ao método fônico – utilizado pela primeira vez na Primeira República, implantada sob a influência do positivismo e que utilizava cartilhas que vinham de Portugal, segundo Iole Trindade – a crítica cabe aos textos utilizados e não propriamente à alfabetização através dos fonemas. Iole exemplifica com um dos textos retirados do material didático do Alfa e Beto: Deda odeia a lama. Ela ama a lua.

Duda odeia lima. Ele ama limada. Leda odeia miolo. Ela ama mel. Ilma odeia a moda. Ela ama a modelo. Dula odeia a mula. Ela ama a ema. “O que uma criança pensa ao ler isso?”, indaga a pedagoga. Segundo ela, se for para dar mais ênfase ao sentido, demora-se mais para alfabetizar, no entanto, a criança terá uma compreensão maior do todo e poderá ter mais facilidade para escrever. Enquanto a alfabetização rápida pelo fônico, com textos sem sentido, pode tornar o entendimento da leitura mais fechado.


Mas também é possível, segundo Suzana, o professor ter uma visão crítica sobre o material e trabalhar um pouco fora do que vem pronto. Na proposta do Geempa, por exemplo, utiliza-se textos que vão sendo construídos coletivamente a partir dos fatos que acontecem com os próprios alunos, além de trabalhar com material da litera-

tura infantil. “Quando aparece o ícone da boquinha, indica quantas vezes se abre a boca para dizer a palavra. Quando mostra o lápis, significa quantas letras se usa para escrever a palavra. Através de símbolos a criança vai entendendo que as palavras são compostas de sílabas e de letras, e que cada letra simboliza um fonema. É o método que trata de forma mais concreta a questão da alfabetização em si”, defende Iole.

No entanto, até mesmo o método pós-construtivista – que está mais próximo do que é ensinado na Faced – apresenta problemas. Por exemplo, o fato de trabalhar com escadinhas, comparando os alunos que estão em degraus diferentes: das letras, silábico ou das palavras. Outro fator negativo apontado pelas pedagogas é a crítica aos métodos convencionais embutida em alguns textos, que acaba incentivando o preconceito. “Há uma história de uma professora que usa métodos tradicionais, que é gorda, enorme, feia. No final, ela está grávida. Enquanto a que chega para dar aulas com livros e joguinhos é jovem e bonita. Então, quer dizer, trabalha com preconceito”, observa Iole.

A questão econômica acima de tudo

Para Suzana Schineider e Iole Trindade não há dúvidas de que as políticas públicas de educação estão cada vez mais atreladas a questões econômicas. Ou seja, o governo cria projetos para trazer para dentro do sistema órgãos não-governamentais, que fazem uso do dinheiro público e em troca distribuem pacotes. No caso, pacotes de alfabetização que têm como única meta gerar resultados positivos e melhorar as estatísticas. “Na Primeira República o Estado assumiu a educação. Agora, ele delega essa tarefa para ONGs”, ressalta Iole Trindade. A explicação pode ser simples: às instituições contratadas pelo Estado não cabe a função de criticar, apenas a de prestar um serviço pelo qual receberam. E bastante. Ao passo que trabalhando em parceria com a Universidade pública, sem custos, o Estado fica exposto a críticas. “O Estado, em geral, julga a Universidade incapaz de auxiliar nas políticas públicas de educação. Até porque teme críticas. E quando esta promove eventos para discutir a questão, os gestores normalmente são convidados e não participam ou mandam representantes apenas para constar presença. Não há canal de diálogo”, garante Trindade.

Suzana atenta ainda para o fato de haver por trás do chamado Movimento Todos pela Educação instituições privadas fortes investindo no público. Instituições que defendem o discurso de que é preciso alfabetizar mais cedo, formar pessoas mais competentes para o mercado de trabalho. No resumo de sua dissertação, ela reconhece – com base nos referenciais pós-estruturalistas a partir de autores como Michel Foucault, Jorge Ramos do Ó e Gilles Deleuze – o Projeto-Piloto de Alfabetização da SEC/RS “como uma política pública, vinculada a uma racionalidade política voltada à produção de sujeitos mais eficazes para o mercado e a lógica neoliberal”. 

O latim nosso de cada dia

Maria Cristina Martins

Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
do Instituto de Letras da Ufrgs

A contínua influência de Roma está refletida por toda a parte: além de estar na nossa língua e literatura, está na jurisprudência, no governo, na religião, nas artes, arquitetura e obras de engenharia, e ainda no nosso comportamento cotidiano, pelas ações, desejos, julgamentos e valores morais que herdamos de nossos antepassados. Evidentemente, poucos têm consciência do elo que estabelecemos com essa herança multissecular na língua e em outras áreas de nossa vida. Isso advém das deficiências educacionais do país, que não privilegia as disciplinas ligadas às chamadas ciências humanas; no nosso particular, também à falta de estudos históricos relacionados à nossa língua, pois, na perspectiva diacrônica, conhecer a história de uma língua significa também conhecer a sua trajetória histórica e cultural.

O latim, língua dos romanos, do pensamento de Roma e de sua brilhante civilização, pertence à família das línguas indo-europeias. O indo-europeu representa uma vasta família de grupos de línguas faladas no oeste da Ásia (Irã, Paquistão, Índia, Ceilão) e na Europa toda (e Américas depois das grandes navegações), com exceção do basco, húngaro e finlandês. Ainda é muito incerto o período em que teria sido falada essa língua, que segundo os autores, pode ser de entre 5000 a 2000 a.C.. O período mais aceito é o 3º milênio a.C.

A língua latina é descendente do grupo

itálico do indo-europeu. Antes disso, havia uma unidade anterior, o ítalo-céltico, porque há particularidades comuns às línguas itálicas (latim, osco, umbro, etc) e às línguas célticas (bretão, irlandês, galês e gaélico), em contraposição com as demais línguas indo-europeias. Mas, sem sombra de dúvida, o grupo das línguas itálicas (ou ítálico comum) apresenta ligações mais estreitas entre si do que qualquer outro grupo indo-europeu, tais como o germânico, o grego, o balcânico-eslavo e o indo-iraniano. Não existem documentos em indo-europeu, pois esta é uma língua proveniente de reconstituição, feita através do método histórico-comparativo (século XIX). Este método foi inaugurado por Franz Bopp, no estudo das línguas indo-europeias, ao comparar o sistema de conjugação do sânscrito, latim, grego, persa e germânico.

Quando se fala em língua latina, de um modo amplo, sem especificação de um período determinado, deparamo-nos com a imprecisão do termo. O latim foi, por um longo período, a língua oficial e representante do poder de Roma. Na tentativa de resolver as ambiguidades que concernem o termo latim, a língua latina foi dividida em períodos, os quais se ligam, de certo modo, à história política de Roma. Fala-se, portanto, em fases da língua latina, que vão desde as suas primeiras manifestações, ou seja, desde a fundação de Roma (753 a.C.), representada por algumas

inscrições, até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) ou, mais ou menos, até a invasão dos longobardos na Itália (568 d.C.).

Pode-se dizer, muito brevemente, que existiram três variedades de língua latina. São elas: o sermo litterarius ou classicus, o sermo urbanus, e o sermo plebeius. Foram os escritores romanos do período clássico que perceberam a existência de variantes da língua latina e caracterizaram-nas adjetivando a palavra sermo, que significa "linguagem", "conversação". O próprio Cícero afirma que o falar da cidade, em seu tempo, era diferente do século anterior, no qual ainda se ouvia o bom latim, embora já assinala a existência de uma linguagem corrompida em muitas famílias do século II a.C. Ele atribui a deturpação do latim à invasão de estrangeiros que falavam mal a língua.

O sermo classicus ou litterarius é a norma literária da língua latina, altamente estilizada, que compreende o período que vai de 81 a.C. a 14 d.C. É o que chamamos de latim clássico. Seus principais representantes são Cícero, César e Salústio, na prosa e, no verso, Virgílio, Horácio, Ovídio, Lucrécio e Catulo. É uma estilização do sermo urbanus ou usualis, língua coloquial das classes cultas, com o qual convivia. A língua literária, ou seja, o latim clássico continuou no sermo ecclesiasticus "latim eclesiástico" (a partir do séc. 5 d.C.) e também no sermo profanus (que se distingue do sermo ecclesiasticus apenas pela temática não religiosa), com os tratados de medicina, filosofia, ciência etc, durante toda a Idade Média e até mesmo já na Idade Moderna.

O sermo plebeius - "latim vulgar" - é o latim essencialmente falado pela grande massa popular menos favorecida e quase inteiramente analfabeta do Império Romano. Existiu durante todas as fases do latim e foi propositalmente ignorada pelos gramáticos e escritores romanos, pois era considerada indigna de consideração. Distinguiu-se do latim culto falado (e por extensão do latim clássico ou literário) em todos os aspectos gramaticais. Era mais simples em todas as partes da gramática, mais expressivo, mais concreto e mais permeável a elementos estrangeiros. Continuou se transformando ao longo dos séculos até que em mais ou menos 600 d.C. já constituía os primeiros "romances" (ou seja, as

primeiras manifestações das línguas românicas, muito próximas ainda do latim vulgar) e depois, a partir do séc. IX, as línguas românicas (português, galego, castelhano, catalão, provençal (occitano), francês, rético (reto-romance), italiano, sardo, dalmático (língua morta) e romeno). Com o tempo, os romances se transformaram em línguas literárias, algumas de prestígio, como o provençal e o catalão, mas nenhuma podia concorrer com o latim, que era a língua por excelência de toda pessoa culta na Idade Média.

Em todo o mundo, o latim e a cultura clássica são utilizados pelos publicitários, pelos políticos, com o intuito de chamar a atenção, de mostrar erudição, ou como um elemento cômico, quando deturpado. Na

comunicação social, em notícias ou reportagens, ou em artigos de opinião, é frequente lermos e ouvirmos frases latinas e referências à cultura latina. Mesmo pessoas que não possuem formação clássica costumam usar corriqueiramente expressões latinas em falas ou documentos: ad hoc, ad libitum, ad referendum, alma mater, alter ego, causa mortis, data venia, grosso modo, habeas corpus, pro forma, post mortem, persona non grata, sui generis, vice versa, et coetera et

coetera. De fato, o estudo do latim está sendo cada vez mais valorizado porque sua gramática é a base das gramáticas das línguas modernas (claro que não estamos desconsiderando a influência grega; trata-se efetivamente de uma herança greco-latina). Ademais, a língua é tão lógica que aprendê-la facilita o entendimento dos mecanismos fundamentais da gramática de qualquer língua.

Pode-se dizer que o latim clássico até hoje vive. É a língua do Vaticano e de toda a documentação da Igreja Católica, além de ser empregada nas ciências em geral e de ser fonte permanente de palavras para as línguas românicas, e até de línguas não-românicas, como o inglês. Tomem-se como exemplo, os termos atualíssimos



da informática delete (= imperativo (vós) de **delēre** – “apagar”, “riscar”, “destruir”) e bits (abreviação de binarius terminus).

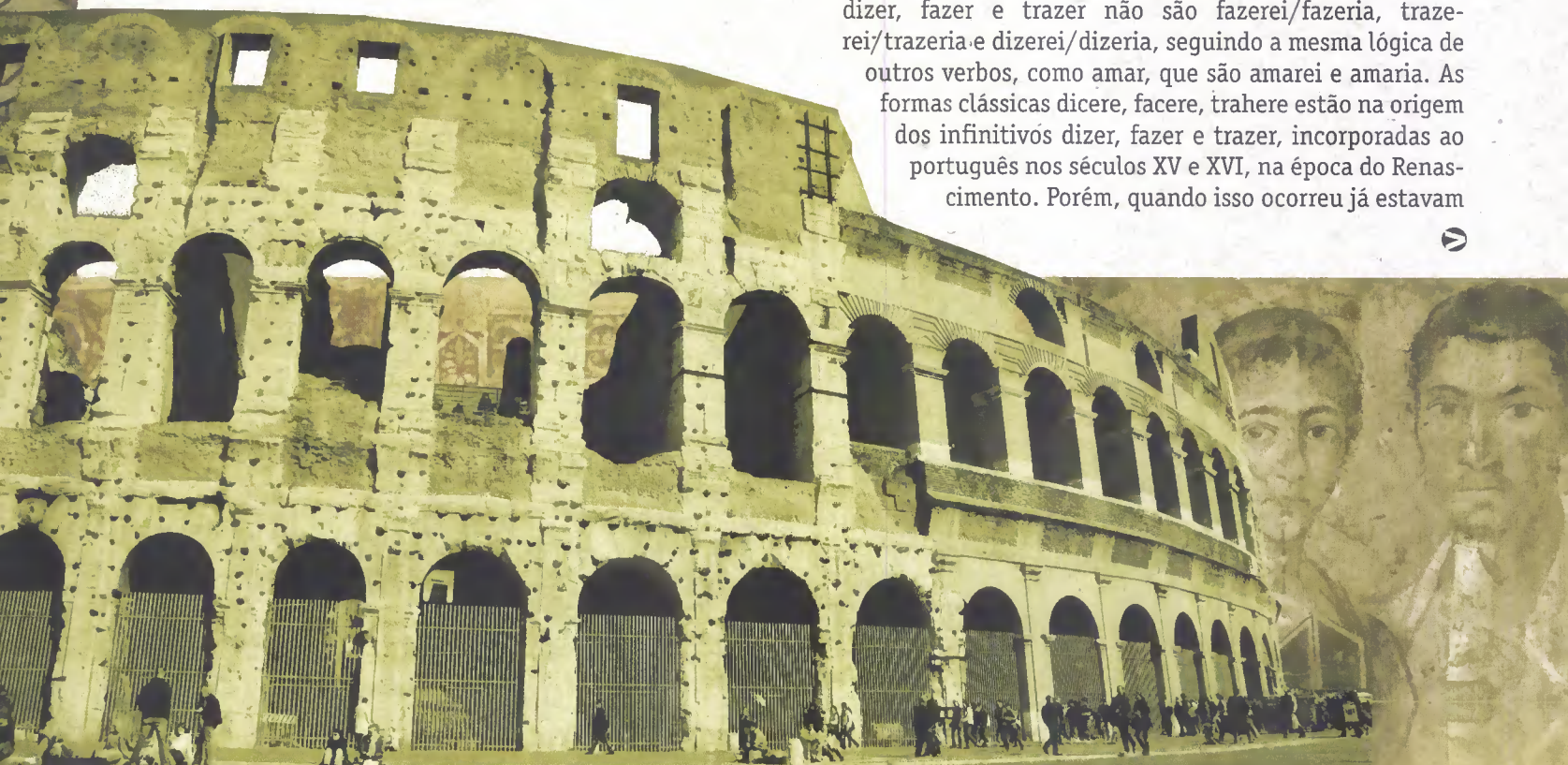
O português, assim como as demais línguas românicas ou neolatinas, deve sua origem a duas variedades de latim, tanto do ponto de vista lexical, fonético-fonológico e morfológico, quanto do ponto de vista sintático. Do latim vulgar provém a imensa maioria das palavras usuais das línguas românicas (todos os nomes - substantivos, adjetivos e pronomes - a partir do caso acusativo) e ainda as que formam a sua estrutura – artigos, pronomes, preposições, conjunções etc. A expressividade e concretude do latim vulgar, além de se refletir na escolha lexical, reflete-se na sintaxe, com o emprego ampliado de certas categorias, notadamente a de pronomes, em geral.

A contribuição latina às línguas românicas ocidentais abrange um longo período, que vai dos séculos V ao XV, em linhas gerais, ou seja, desde a época pré-literária de formação das línguas românicas até os primeiros séculos de sua fixação literária. Essa influência culta não se limita ao vocabulário, mas também aos novos processos de criação de palavras. Além do vocabulário, a gramática das línguas da România Ocidental (que são todas, com exceção do romeno) se formou sob o influxo desta tradição latina mais culta, notadamente na sintaxe. O romeno não participou, a partir do séc. III d.C., das influências provenientes do latim medieval que sofreram as línguas românicas ocidentais, devido a seu isolamento geográfico. Em especial, não recebeu o influxo de muitos processos gramaticais e de introdução de palavras por via do latim clássico. Assim, o romeno (mas também o sardo, que, devido à natureza montanhosa do lugar onde se falava o principal dialeto, ficou isolado das demais línguas românicas) guardou muitas palavras e construções próprias do latim vulgar que se perderam nas outras línguas românicas. A título de exemplo, os numerais ordinais são eruditos e semieruditos

em todas as línguas românicas: capítulo sexto ou sexto capítulo. Todavia, o romeno só conhece os numerais cardinais. Dentre inúmeros exemplos que poderíamos citar sobre as categorias verbais, destacamos que a concordância dos tempos nas línguas românicas é uma herança direta do latim medieval. Esta se relaciona à subordinação e ao subjuntivo, os quais prevalecem no ocidente, mas não no romeno. O infinitivo pessoal do português é outra relíquia sintática proveniente do latim medieval, assim como as orações infinitivas do tipo “Creio ter ele ficado no palácio” (baseada na oração subordinada de “acusativo com infinitivo” latino) e “Deus ajudando, hei de ser feliz” (herança do “ablativo absoluto”, que ocorre em toda România, exceto no romeno.)

Em se tratando do português, sabe-se que os limites políticos de Portugal datam de 1250, quando D. Afonso II concluiu a conquista do Algarve. Mesmo delineado politicamente, a língua falada naquela faixa de terra continuou sendo o galego-português ou português-galego até o século XIV. Formado com base nos falarés de Lisboa e de Coimbra, o português literário não sofreu concorrências dialetais, como no francês, mas teve que formar sua identidade perante o castelhano. Por isso, Gil Vicente (1470-1540) usou em algumas de suas peças as duas línguas, refletindo uma situação em que os limites entre as duas línguas ainda não eram bem claros, o que vai ocorrer com Os Lusíadas (1572), de Camões. Não se pode esquecer que as línguas românicas começaram a ganhar importância e a concorrer mais fortemente com o latim, somente a partir do século XVI, quando assumiram sua feição literária definitiva.

Em muitos aspectos da constituição da língua portuguesa (aqui falamos apenas do português, mas o assunto abrange de igual maneira as outras línguas provenientes do latim), só é possível alcançar uma explicação satisfatória buscando-a em sua trajetória histórica. Por exemplo, por que o futuro do presente e do pretérito dos verbos dizer, fazer e trazer não são farei/fazeria, trazei/trazeria e dizerei/dizeria, seguindo a mesma lógica de outros verbos, como amar, que são amarei e amaria. As formas clássicas dicere, facere, trahere estão na origem dos infinitivos dizer, fazer e trazer, incorporadas ao português nos séculos XV e XVI, na época do Renascimento. Porém, quando isso ocorreu já estavam



fixadas na língua as formas do futuro do presente e futuro do pretérito. Por isso, temos farei, direi e trarei, que provêm de fare, dire e trare, do latim vulgar (note-se que em italiano é dire e em francês dire).

Para fins de comparação entre o léxico herdado do latim vulgar e o que foi introduzido, posteriormente, por via erudita, considere-se a palavra latina macula: ela é o ponto de partida (terminus a quo) para malha e mancha, termos herdados (populares), que sofreram alguns dos processos de evolução fonética característicos do português. Um deles é a síncope da sílaba pós-tônica, que transforma uma palavra proparoxítona do latim em paroxítona. Também são provenientes de macula, as palavras mágoa, semierudita, que perdeu uma consoante sonora intervocálica, o /l/, e sonorizou o /c/ para /g/ (também dois metaplasmos característicos do português), e mácula, que não sofreu nenhuma alteração fonética, é uma palavra erudita. Ainda temos alguns tipos de metáteses (mudanças fonéticas), próprias do português, em seu curso de desenvolvimento desde o latim, como a transposição de um /i/ ou /u/ de ditongo crescente para a sílaba precedente tônica, onde passa a constituir um ditongo decrescente: primariu- > primairu > primeiro. Quanto ao léxico proveniente do latim eclesiástico e medieval (dizendo respeito aos tratados de comércio, filosofia, matemática etc, escritos na Idade Média, e muitas vezes também à literatura pagã), pela temática liga-se à cultura, ao pensamento abstrato, às ideias filosóficas e religiosas e quase não sofreram modificação morfológica na passagem para o português, por isso muitas delas são proparoxítonas. Para se ter uma ideia, no português arcaico, predominavam as palavras paroxítonas. No galego-português as raríssimas proparoxítonas que existiam se tornavam paroxítonas pelo uso. Por exemplo, a forma latina clericu, de origem grega, transformou-se em crelgo. Clérigo é a palavra semierudita, introduzida depois da relatinização, com pequena modificação fonética de acordo com o vernáculo. Essa relatinização ocorreu no período do Renascimento ou, segundo alguns, na 2ª fase da língua portuguesa (de



1350 ou 1385 até o séc. XVI, com Camões).

Pretendemos, antes de mais nada, relembrar e dar o devido reconhecimento ao latim como fonte das línguas românicas. Esperamos ter contribuído para esclarecer que a língua latina não é uma só, mas que existiram variedades; duas delas estão presentes na formação das línguas românicas: uma exuberante e rica gramaticalmente, muito semelhante ao latim clássico, e outra pobre em recursos gramaticais, mas rica em concretude, em expressividade. A esta última, que chamamos de latim vulgar, uma língua plebeia, obscura e desprezada, carente do sistema flexional que possuía o latim culto, foi suficiente para constituir um dia as línguas românicas. Depois de formadas, cada uma delas nutriu-se do latim medieval (principalmente eclesiástico) para a constituição das línguas literárias da România moderna, desenvolvendo, introduzindo e criando novos termos e todas as partes da gramática a partir de uma base erudita.

Gostaríamos de ter deixado claro, igualmente, que existiu uma incrível unidade na formação das línguas românicas, tanto a partir do latim vulgar quanto no desenvolvimento literário das mesmas, através do latim eclesiástico, pelos laços sociais, culturais, educacionais e religiosos que as uniam. A não-ocorrência de muitos vocábulos e aspectos gramaticais provenientes do latim eclesiástico no romeno comprova que isso ocorreu em virtude de seu isolamento político, ou seja, por não receber a influência do latim da Igreja e por não haver trocas sociais e culturais com as outras línguas românicas. ▴

Para saber um pouco mais:

BASSETTO, Bruno Fregni. Elementos de filologia românica. São Paulo, Edusp, 2001.

MAURER Jr., Theodoro Henriquê A unidade da România ocidental. USP/FFLCH, 1951.

MEILLET, Antoine Esquisse d'une histoire de la langue latine. Paris, Klincksieck, 1933.



Fev



SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO
ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2009

| RUBRICAS / MESES | FEV |
|---|---------------------|
| ATIVO | 4.214.700,00 |
| FINANCEIRO | 3.984.088,40 |
| DISPONÍVEL | 1.484.624,31 |
| CAIXA | 10,30 |
| BANCOS | 49.935,21 |
| APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA | 1.434.678,80 |
| REALIZÁVEL | 2.499.464,09 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO | 2.447.100,84 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2.447.100,84 |
| ADIANTAMENTOS | 8.992,13 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 8.370,53 |
| ADIANTAMENTOS DIVERSOS | 621,60 |
| OUTROS CRÉDITOS | 12.703,41 |
| OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS | 12.703,41 |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE | 690,58 |
| PREMIOS DE SEGURO A VENCER | 690,58 |
| ESTOQUES ALMOXARIFADO | 29.977,13 |
| ATLAS AMBIENTAL | 29.977,13 |
| NÃO FINANCEIRO | 230.611,60 |
| IMOBILIZADO | 219.042,98 |
| BENS IMÓVEIS | 258.103,71 |
| BENS MÓVEIS | 151.280,58 |
| (-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS | (190.341,31) |
| INTANGÍVEL | 11.568,62 |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | 12.071,48 |
| BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS | 16.425,74 |
| (-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | (16.928,60) |
| PASSIVO | 4.125.726,32 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 39.438,31 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 8.622,80 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | 8.622,80 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 30.815,51 |
| PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL | 30.815,51 |
| SALDO PATRIMONIAL | 4.086.288,01 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 3.668.499,67 |
| SUPERAVIT ACUMULADO | 417.788,34 |

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL

FOLHA 2

| RUBRICAS / MESES | FEV | ACUMULADO |
|---|-------------------|-------------------|
| RECEITAS | 207.424,09 | 379.192,33 |
| RECEITAS CORRENTES | 173.463,44 | 307.739,19 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 173.463,44 | 307.739,19 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 32.772,15 | 68.631,81 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 32.729,15 | 68.544,81 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | 43,00 | 87,00 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS | 0,00 | 31,33 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | 0,00 | 31,33 |
| OUTRAS RECEITAS | 1.188,50 | 2.790,00 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | 1.188,50 | 2.790,00 |
| DESPESAS | 110.368,01 | 290.218,65 |
| DESPESAS CORRENTES | 110.368,01 | 290.218,65 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 47.631,42 | 118.131,79 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 30.839,65 | 82.720,18 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 4.423,30 | 9.474,17 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | 1.255,01 | 5.680,87 |
| DESPESAS TRIBUTÁRIAS | 253,02 | 408,82 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS | 7.636,22 | 13.294,77 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | 687,24 | 1.552,75 |
| DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES | 1.588,81 | 3.176,03 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | 771,24 | 1.535,03 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | 176,93 | 289,17 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS | 40.257,35 | 127.760,84 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 2.202,48 | 3.238,69 |
| DESPESAS COM VIAGENS | 4.400,41 | 25.524,12 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS | 1.253,58 | 3.842,58 |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | 897,40 | 2.795,25 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | 28.103,48 | 56.410,20 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | 0,00 | 4.150,00 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS | 3.400,00 | 31.800,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.479,24 | 44.326,02 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | 8.425,68 | 16.851,36 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES | 14.053,56 | 27.474,66 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | 97.056,08 | 88.973,68 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | 88.973,68 | 88.973,68 |

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Mar



SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO
ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2009

| RUBRICAS / MESES | MAR |
|---|---------------------|
| ATIVO | 4.312.361,42 |
| FINANCEIRO | 4.083.338,86 |
| DISPONÍVEL | 1.551.727,35 |
| CAIXA | 915,73 |
| BANCOS | 3.948,57 |
| APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA | 1.546.863,05 |
| REALIZÁVEL | 2.531.611,51 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO | 2.470.978,91 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2.470.978,91 |
| ADIANTAMENTOS | 7.527,26 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 7.417,26 |
| ADIANTAMENTOS DIVERSOS | 110,00 |
| OUTROS CRÉDITOS | 22.647,65 |
| OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS | 22.647,65 |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE | 517,94 |
| PREMIOS DE SEGURO A VENCER | 517,94 |
| ESTOQUES ALMOXARIFADO | 29.939,75 |
| ATLAS AMBIENTAL | 29.939,75 |
| NÃO FINANCEIRO | 229.022,56 |
| IMOBILIZADO | 217.623,76 |
| BENS IMÓVEIS | 258.103,71 |
| BENS MÓVEIS | 151.280,58 |
| (-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS | (191.760,53) |
| INTANGÍVEL | 11.398,80 |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | 12.071,48 |
| BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS | 16.425,74 |
| (-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | (17.098,42) |
| PASSIVO | 4.133.407,79 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 47.119,78 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 9.877,43 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | 9.371,14 |
| OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL | 506,29 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 37.242,35 |
| PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL | 37.242,35 |
| SALDO PATRIMONIAL | 4.086.288,01 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 3.668.499,67 |
| SUPERAVIT ACUMULADO | 417.788,34 |

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE ADUFGRS-SINDICAL

FOLHA 2

| RUBRICAS / MESES | MAR | ACUMULADO |
|---|-------------------|-------------------|
| RECEITAS | 219.148,57 | 598.340,90 |
| RECEITAS CORRENTES | 173.446,07 | 481.185,26 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 173.446,07 | 481.185,26 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 38.173,12 | 106.804,93 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 38.079,50 | 106.624,31 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | 93,62 | 180,62 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS | 5.231,88 | 5.263,21 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | 5.531,88 | 5.263,21 |
| OUTRAS RECEITAS | 2.297,50 | 5.087,50 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | 2.297,50 | 5.087,50 |
| DESPESAS | 129.168,62 | 419.387,27 |
| DESPESAS CORRENTES | 129.168,62 | 419.387,27 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 50.990,11 | 169.121,90 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 34.463,79 | 117.183,97 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 4.879,13 | 14.353,30 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | 2.644,80 | 8.325,67 |
| DESPESAS TRIBUTÁRIAS | 70,80 | 479,62 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS | 5.018,11 | 18.312,88 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | 867,80 | 2.420,55 |
| DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES | 1.589,04 | 4.765,07 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | 1.228,92 | 2.763,95 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | 227,72 | 516,89 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS | 55.709,23 | 183.470,07 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 1.029,46 | 4.268,15 |
| DESPESAS COM VIAGENS | 14.268,95 | 39.793,07 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS | 5.232,00 | 9.074,58 |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | 3.730,28 | 6.525,53 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | 28.048,54 | 84.458,74 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | 0,00 | 4.150,00 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS | 3.400,00 | 35.200,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.469,28 | 66.795,30 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | 8.425,68 | 25.277,04 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES | 14.043,60 | 41.518,26 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | 89.979,95 | 178.953,63 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | 178.953,63 | 178.953,63 |

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Repressão instalada no RS

Homem se disfarça para espionar manifestação e governadora veta presença de jornalista em coletiva

Utilizando um crachá falso da agência de notícias Carta Maior, homem apontado como agente do serviço de inteligência da Brigada Militar acompanhou e fotografou manifestação de servidores públicos contra o governo Yeda Crusius (PSDB), no dia 30 de abril. Episódio configura falsidade ideológica e documental, dois crimes previstos no Código Penal. O fato, noticiado no site da Carta Maior, está na capa da edição de maio do jornal Versão dos Jornalistas, do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. O "repórter-fotográfico" foi surpreendido no ato por pessoas que conhecem a Carta Maior e que ficaram surpresas ao vê-lo portando um crachá (falso) da agência. O representante da Carta Maior em Porto Alegre, Marco Aurélio Weissheimer, afirma que não é de hoje que servidores de órgãos de segurança se disfarçam de fotógrafos e se identificam como profissionais da imprensa para espionar manifestações de sindicatos e movimentos sociais.

Enquanto uns se fazem passar por jornalista, um profissional da Folha de São Paulo foi proibido de participar de uma coletiva de imprensa concedida pela governadora Yeda Crusius. Segundo informações do blog RS Urgente, Graciliano Rocha não estaria entre os "jornalistas convidados", selecionados pelo governo para participar da coletiva que tratou das denúncias da Revista Veja. Por isso, foi barrado na porta de entrada do Palácio Piratini. Vale lembrar que Rocha já divulgou matérias investigativas sobre a fraude no Detran e denúncias de corrupção no governo Yeda. (Fontes: Carta Maior e Agência Chasque)



Entidades questionam auto-fiscalização no Estado

Na campanha eleitoral de 2006, o então candidato Berfran Rosado (PPS) recebeu R\$ 38.938,14 em doações de empresas papeleiras. Hoje, o deputado do PPS é secretário Estadual do Meio Ambiente e presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) que tem, entre suas atribuições, a de fiscalizar as políticas implementadas pela secretaria. Ou seja, Berfran Rosado fiscaliza a si mesmo, assim como seus antecessores, já que a prática é tradicional.

A Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema/RS) está pedindo a anulação da eleição da presidência do conselho. Em ofício encaminhado ao secretário, a entidade lembra que a principal pauta em deliberação no Consema atualmente é o Zoneamento Ambiental para a atividade de silvicultura e manifesta preocupação com o fato de o secretário ter recebido importante financiamento de campanha por parte de indústrias do setor de celulose. Além disso, a entidade aponta irregularidades no processo de escolha da presidência do Consema. Na convocatória da reunião que apontou a nova direção não estava claro que a mesma trataria diretamente da eleição. E denuncia que não foi dada publicidade ao prazo para a inscrição de candidatos e não foi informado que havia um candidato único, o próprio Berfran Rosado. (Fonte: RS Urgente)

STF mantém suspensão seleção na Ufpel para assentados do Incra

Por considerar que a tese sustentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) "carece de plausibilidade" e não comprova lesão à ordem, saúde, segurança ou economia públicas, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, manteve suspenso o processo seletivo para ingresso de famílias de assentados em turma especial a ser criada no curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel).

O Ministério Público (MP) ajuizou ação civil pública na Justiça Federal no Rio Grande do Sul para impedir a criação da turma especial, alegando ofensa aos princípios constitucionais da igualdade e universalidade no acesso ao ensino superior, da autonomia universitária e do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Para o MP, o processo conteria vícios formais na aprovação do convênio - entre a Universidade e a Fundação Simon Bolívar - pelos órgãos de direção superior da Ufpel. O juiz de primeira instância negou pedido de antecipação de tutela. O MP recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que acolheu o pedido, parcialmente, suspendendo o processo seletivo. O Incra ajuizou, então, pedido de Suspensão de Tutela Antecipada (STA 233) no STF. (Fonte: Imprensa STF)

Aprenda com as redes sociais


italki.com

[English](#) | [Español](#) | [Português](#)

[Página Inicial](#)
[Ache um parceiro de Idiomas](#)
[Mercado](#)
[Respostas](#)
[Conhecimento](#)
[Grupos](#)

Aprenda uma língua estrangeira

italki.com is a place where you can find people online to help you learn a language

- Pratique com um intercâmbio de idiomas
- Encontre um professor de idiomas
- Baixe recursos grátis
- Assista vídeos de aprendizagem de idiomas
- Conecte-se com uma comunidade ativa de algum lugar do mundo



Inscriva-se agora ▶

Italki is free, and registration only takes a minute!

Já é um membro? [Entrar](#)

Qual língua você deseja aprender?

Idiomas Populares
[Inglês](#) [Espanhol](#) [Francês](#) [Português](#) [Alemão](#) [Japonês](#) [Coreano](#) [Árabe](#) [Chinês](#) [Italiano](#) [Russo](#)

Want to teach your native language and earn extra income?

Candidate-se a professor(a)

www.italki.com

Aqui se relacionam pessoas que falam outra língua ou estão estudando algum idioma. O usuário monta seu perfil básico e informa quais línguas domina e quais gostaria de aprender. O sistema une as duas pontas da cadeia. O site também disponibiliza recursos gratuitos como vídeos ou áudios para a prática e exercícios.

goodreads

home my books find books friends explore v groups

hi Naira inbox sign out
find books by title or author or isbn

Jennifer Turner

- uri
- born June 30, 1978
- gender female
- place of birth Okla, The United States
- website <http://www.Darknesswithinnovels.com/home.html>
- genre Romance, Horror, Science Fiction & Fantasy
- influences Stephen King, Sherrilyn Kenyon, Karen Marie Moning
- about this author

27 ratings | 1 review
avg rating: 3.06

become a fan

add as a friend

send message | compare books

Goodreads author!
(since August 2008)

Jennifer's bookshelves

- read (59)
- currently-reading (3)
- to-read (7)

Jennifer's friends (122)

Jennifer Turner's Blog

Happy Holiday!

I hope everyone enjoys the long weekend, if you get one! If you don't, I hope you at least get extra pay :D And may the weather behave and allow you to do whatever it is you want this weekend.

Happy Memorial Day!

View full post on Jennifer Turner's website

published on May 29, 2008 at 10:00 AM

0 comments


View all 37 posts »

www.goodreads.com

Essa rede social tem uma contagem curiosa. Além do número de amigos, o site mostra também quantos livros o membro tem compartilhados. Além de poder trocar impressões sobre obras e escolher as amizades por afinidade de temas, o usuário-leitor pode criar grupos de discussão sobre autores ou editoras, por exemplo.

www.booktagger.com

No mesmo estilo do *Goodreads*, aqui também o que interessa são as leituras de cada um. O usuário pode recomendar obras e receber dicas de outros leitores, procurar livros e checar quais títulos os amigos estão emprestando..


[About](#)
[FAQ](#)
[Reviews](#)
[Blog](#)
[Explore](#)
[Sign In](#)

[My Bookshelf](#) | [Friends](#) | [Book Clubs](#) | [Discussions](#) | [E-books](#)

1 SIGN UP NOW


Signing up is FREE!

2 ADD YOUR BOOKS

Add your favourite or most memorable books

3 DISCUSS YOUR BOOKS

Find people who like the same books as you.



Welcome to Booktagger

Tired of cruising book stores trying to judge a book by its cover? Now you can ask those who've read it before.

Booktagger is an online bookshelf application to list the books you've read and to share them with others.

[Site Features](#)

[CREATE](#)

[Author Searches](#)

[MySpace Apps Beta](#)

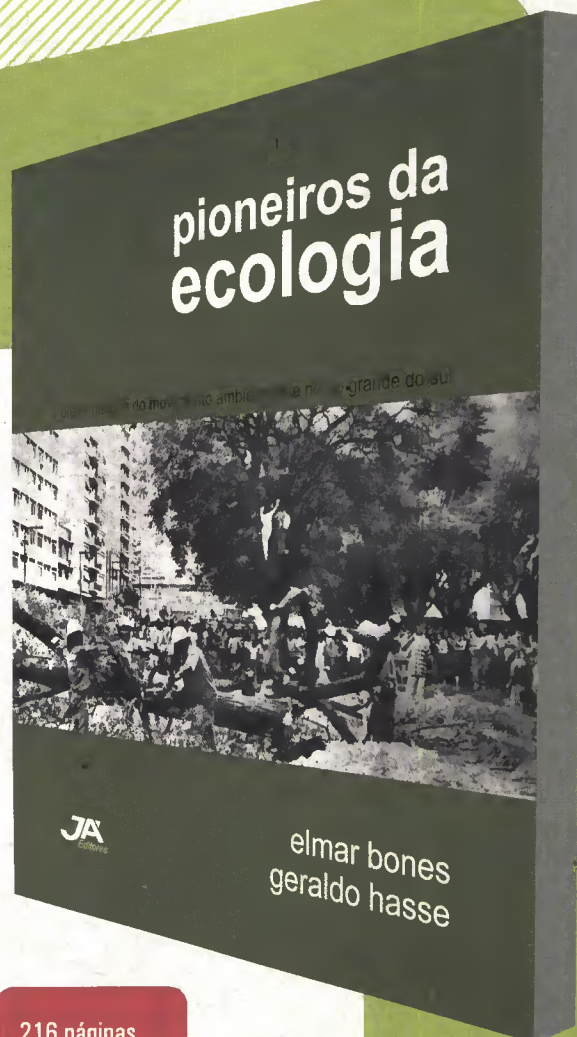
[Facebook Apps](#)

Pioneiros da Ecologia

Elmar Boões e Geraldo Hasse
JÁ Editores

O livro-reportagem apresenta um panorama da consolidação da luta pela natureza no Estado através das vozes de seus protagonistas. Augusto Carneiro narra detalhes da fundação da Agapan na década de 1970. Giselda Castro e Magda Renner falam sobre as artimanhas das ecofeministas da Ação Democrática Feminina Gaúcha para protestar em plena ditadura militar, contando com a proteção da polícia.

O capítulo dedicado a Jose Lutzenberger apresenta a compilação de três depoimentos do agrônomo, concedidos em 2001, um ano antes de sua morte. Também estão no livro as falas de Flávio Lewgoy, Caio Lustosa, Sebastião Pinheiro, Celso Marques e Hilda Zimmermann. A obra ainda compila textos e documentos importantes para a formação do movimento ambientalista - a Ata da primeira reunião da Comissão Verde, a Lei dos Agrotóxicos, e os já clássicos A Insensatez da Agroquímica, e Por uma ética ecológica, ambos de José Lutzenberger.



216 páginas
R\$ 35



296 páginas
R\$ 30

Sociabilidades, Justiça e Violências: práticas e representações no Cone Sul (séculos XIX e XX)

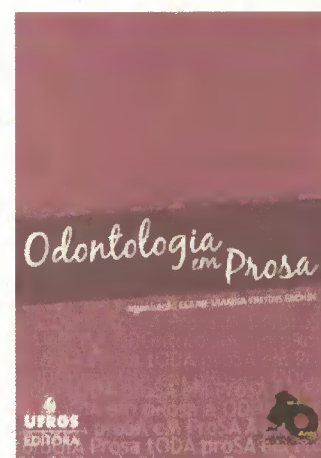
Sandra Jatahy Pesavento e
Sandra Gayol (organizadoras)
Ufrgs Editora

A obra reúne estudos das formas de ser e proceder das populações urbanas no Cone Sul no final do Século XIX e início do Século XX. Estudos estes que caracterizam a prática da violência e de fazer justiça, bem como a elaboração das leis e os parâmetros de avaliação dos comportamentos das populações de um e de outro lado da fronteira sul.

146 páginas
R\$ 10

Odontologia em prosa

Elaine Vianna Freitas Fachin
(organizadora)
Ufrgs Editora



O conjunto de textos tem o mérito de atrair tanto o público acadêmico como o não-acadêmico para um maior conhecimento da Odontologia. De forma acessível, o leitor terá oportunidade de conhecer os bastidores da área - dificuldades, desafios, projetos, conquistas, curiosidades - sobretudo os aspectos humanos de uma profissão que exige, além do domínio teórico e prático da especialidade, uma postura delicada e sensível em seu exercício.

Memória

Novas luzes sobre a Revolução Cubana

O filme *Che - O Argentino*, de Steven Soderbergh apresenta personagens pouco conhecidos da guerrilha e episódios que fogem ao famoso combate na Sierra Maestra

por Naira Hofmeister

A primeira parte da biografia cinematográfica de Che Guevara – que será contada em dois episódios – traz uma riqueza de detalhes importantes para os espectadores que não conhecem a história da Revolução Cubana.

É que o diretor Steven Soderbergh fez uma opção pouco convencional entre seus colegas holywoodianos. Os 131 minutos de *Che - O Argentino*, não são auto-explicativos e exigem um esforço de compreensão já que não apresenta o contexto, apenas datas.

Trata-se de um filme que – se não mostra com minúcias – ao menos apresenta ao público geral personagens de uma história (quase uma lenda) da qual conhecemos apenas a dupla principal, Che e Fidel. A começar pelo caçula da família Castro, a quem muitos acusam de ter substituído Fidel no comando de Cuba em uma manobra dinástica.

Raúl, interpretado pelo ator brasileiro Rodrigo Santoro, foi um dos principais articuladores do Movimento 26 de Julho, que deu origem à guerrilha na Sierra Maestra e foi herança do ataque ao Quartel Moncada, em Santiago do Chile, três anos antes da expedição que levou 82 guerrilheiros do México para a costa sudoeste

cubana. Foi também o irmão de Fidel o responsável pela ligação dos guerrilheiros com o Partido Comunista, vista com ressalvas pela dupla protagonista.

No panteão dos heróis cubanos, há um homem tão admirado quanto Che Guevara. Mas nem por isso, Camilo Cienfuegos é conhecido no resto dos países latinos. Não esteve engajado na formulação teórica da guerrilha, mas era tido como um grande guerreiro. Apenas uma característica se sobrepunha à sua coragem: o bom humor. “Camilo era o único homem da guerrilha que fazia Che Guevara rir”, lembra Jose Amadeo Brito, que lutou em 1958 ao lado de Che. Detalhe sutilmente explorado por Soderbergh.

Fotos: divulgação





Dizem que depois do Triunfo da Revolução, Camilo começou a inspirar ciúmes em Fidel – de tal forma que o ex-presidente cubano sofre até hoje as suspeitas do povo de que teria mandado derrubar o avião de Cienfuegos, no acidente que o matou em outubro de 1959. Uma das passagens mais cômicas de Camilo é o relato de uma entrevista que deu a um jornalista estrangeiro. Diante da pergunta sobre um suposto racha com Fidel, Camilo respondeu. “Contra Fidel não vou nem jogando beisebol”.

Um personagem que poderia ter tido participação maior na trama é Célia Sanchez. A líder feminina ficou famosa por convencer os homens de que mulheres podiam pegar em armas. “Possivelmente sua influência sobre Fidel tenha ultrapassado a admiração mútua e a amizade”, contam combatentes ainda vivos.

Talvez por isso, depois do Triunfo, Fidel tenha empreendido uma grande campanha de igualdade direcionada às mulheres – ainda assim, Cuba é um país muito conservador nesse sentido.

Uma marca física de Célia pode ser apreciada até os dias atuais para qualquer um disposto a subir até o acampamento da Sierra Maestra (que foi aberto ao turismo). As estradas que ligam enfermaria, comandância, escola e abrigos dos guerrilheiros, são margeadas por arbustos e flores de um vermelho intenso, plantadas pela guerrilheira. “Célia dizia que o acampamento precisava ter vida”, resume o guia turístico que trabalha no local, Miguel.

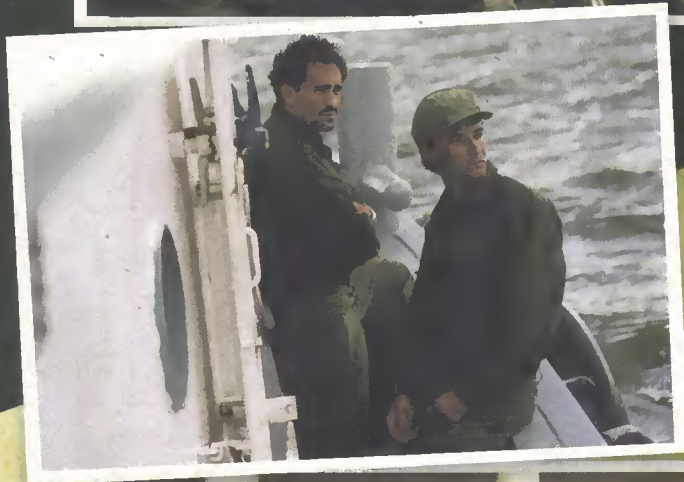
Ramiro Valdéz, Ciro Redondo, Almeida, Lalo Sardiñas, Frank País. Todos são amplamente conhecidos e estudados pelos cubanos que fazem

questão de manter acesa a memória da guerrilha. São os heróis da Revolução, ao lado de centenas de anônimos. No cemitério existe um mausoléu das Forças Armadas Revolucionárias – e o guardião sabe a data e local da morte de cada homem enterrado lá.

Outro ponto pouco explorado pelo filme foi a criação do Movimento 26 de Julho. Uma faixa no braço direito dos guerrilheiros é parte do uniforme verde-oliva. Também há cenas em que os barbudos posam para fotos debaixo da bandeira do movimento. O 26 de Julho foi criado antes mesmo de Fidel e Che se conhecerem, 12 de junho de 1955 e seu nome é uma referência à data do ataque do Quartel Moncada.

Por fim, retoma o papel de José Martí como inspirador da guerrilha. Martí comandou a guerra de independência da Espanha em 1895 mas não pôde ver Cuba livre de fato porque os Estados Unidos estabeleceram um governo militar na Ilha que só terminou com a intervenção dos barbudos. Por isso Fidel defende que a guerra de independência é uma só. (A)


CHE



Falhas

Apesar da qualidade técnica – os atores são muito parecidos com os personagens reais e a cenografia é impecável – o filme errou em pelo menos duas questões. Primeiro, ao mostrar cenas de deslocamento na Sierra Maestra durante o dia. Os guerrilheiros só se moviam durante a noite para evitar serem vistos pelas tropas de Batista.

Outro ponto em desacordo histórico é a representação do descarrilamento do trem em Santa Clara. Há um monumento na cidade que reproduz exatamente o que o filme mostra, no entanto, o episódio não aconteceu no centro da cidade e sim alguns quilômetros antes da área urbana, para evitar acidentes.

El Granma

A película mostra a expedição de 82 guerrilheiros, da qual Che conta, que “apenas 14 viverão para ver a vitória”. Justamente por conta de sua superlotação – o barco tinha capacidade para poucos tripulantes – a embarcação foi apelidada de Granma, diminutivo de Grand Mother, mãe em inglês, cujo coração sempre cabe mais um. Uma réplica do original pode ser vista no Museu da Revolução de Havana.

No campo e na cidade

“É como Martí dizia: quem tomar a Sierra Maestra, toma Cuba”. A reflexão do personagem de Che em determinado momento do filme mostra que a estratégia era lutar nas montanhas para conquistar a ilha.

No entanto houve também guerrilha urbana, cuja função era organizar a logística de armas e equipamentos, recolher dinheiro para financiar a operação nas montanhas e organizar ações urbanas. A organização era tradicional, funcionava com células de três guerrilheiros. Um dos episódios mais conhecidos organizados pela guerrilha urbana foi o sequestro do piloto argentino pentacampeão de Fórmula 1, Juan Manuel Fangio, em 1958.

A história me absolverá

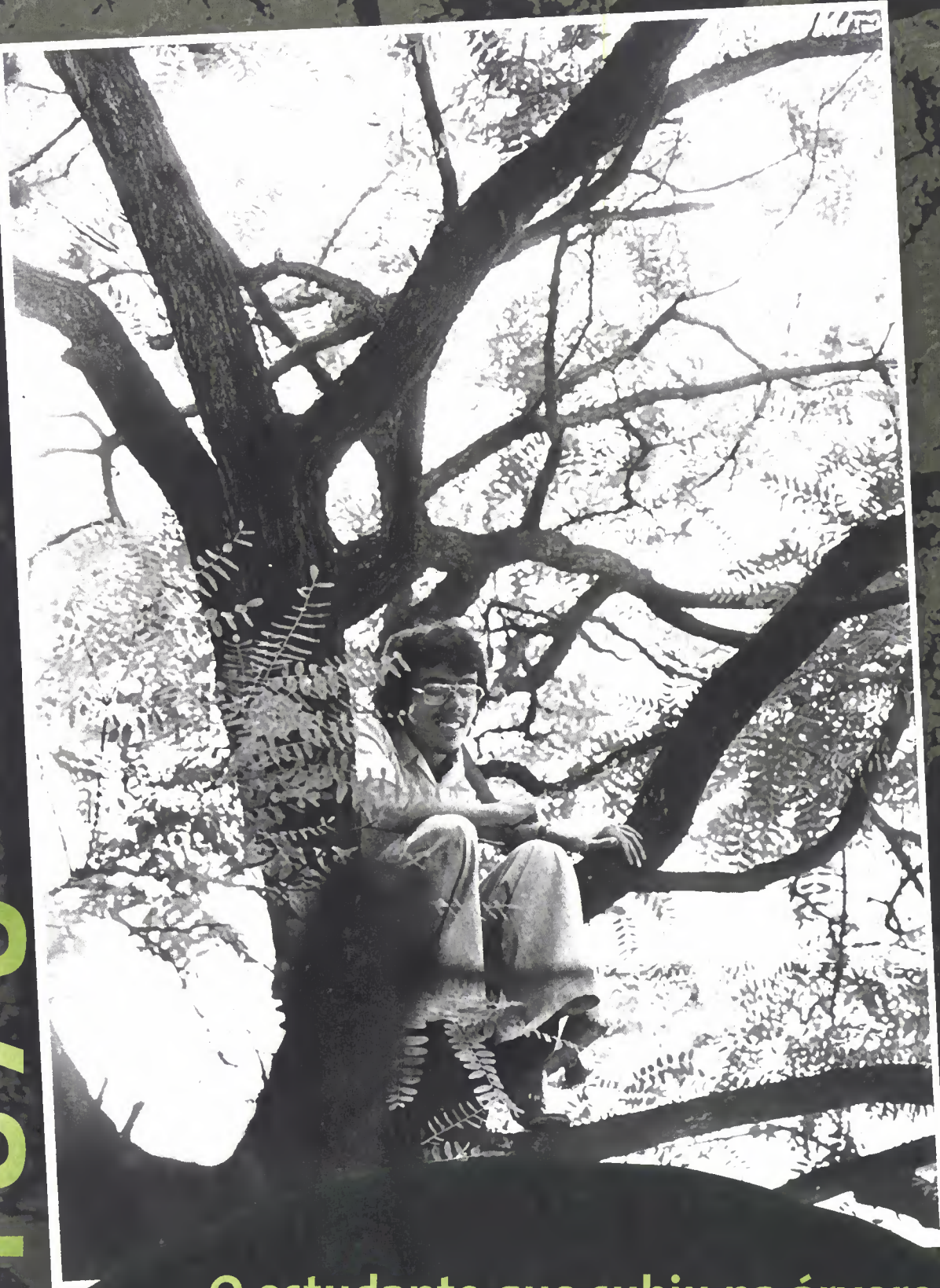
Quando Che e Fidel se conheceram, no México, o argentino fugia de uma operação militar da CIA na Guatemala, onde exercia atividades políticas. Fidel estava exilado depois de passar dois anos preso por comandar o ataque ao Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, em 1953.

Informações de seu discurso de defesa foram utilizadas pela produção do filme para demonstrar a situação social de Cuba naquela década de 1950. Durante a cena do jantar, Fidel alerta que 50% da população não tinham eletricidade e vivia em barracos e 37% não sabiam ler nem escrever. O discurso ficou famoso e virou livro e terminava dizendo: “Condena-me, não importa. A História me absolverá”.

Justifica o líder guerrilheiro: “Nós chamamos povo, se de luta se trata, aos seiscentos mil cubanos que estão sem trabalho desejando ganhar o pão honradamente sem ter de emigrar se sua pátria em busca de sustento. Nós chamamos de povo, se de luta se trata, aos quinhentos mil trabalhadores do campo que habitam os barracos miseráveis, que laboram quatro meses ao ano e passam fome o resto do tempo compartilhando com seus filhos a miséria”.

1975

Arquivo Já Editores



O estudante que subiu na árvore

A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) já existia há quatro anos, mas suas ações ainda eram ignoradas pela mídia. Em 1975, o prefeito Telmo Thompson Flores deu ordens para derrubar as árvores da avenida João Pessoa onde seria construído o viaduto José Loureiro da Silva.

Um dos fundadores da entidade pioneira na defesa ambiental, o engenheiro agrônomo José Lutzenberger, orientou os estudantes que militavam na Agapan a subirem nas árvores para impedir sua derrubada. Carlos Dayrrel ouviu o ecologista e no dia 25 de janeiro de 1975, quando foi fazer sua matrícula na Faculdade de Engenharia, trepou em uma Tipuana. O episódio foi notícia não apenas na imprensa gaúcha, mas até em O Estado de São Paulo e em grandes jornais de Buenos Aires e marcou a trajetória do movimento ambientalista gaúcho.

